

# CARTAS DE MULHERES: HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA ESCRITA DE E/IMIGRANTES PORTUGUESAS NO BRASIL (1896-1929)

ANA CAROLINA DA SILVEIRA LEITE\*

**Resumo:** Incorporando perspectivas teórico-metodológicas da História Cultural e da História Social da Cultura Escrita, esta investigação visa a interpretar e discutir dezenove correspondências pessoais com assinaturas de nomes femininos, escritas em língua portuguesa por e/imigrantes, entre 1896 a 1929, catalogadas e classificadas pelo Museu da Imigração do Estado de São Paulo (Brasil) como «cartas de chamada». Para tanto, buscou-se entender que documentos são estes, quem os escreveu e por que tais missivas foram escritas, considerando o contexto histórico em que foram produzidas e sua funcionalidade sociocultural.

**Palavras-chave:** História social da cultura escrita; cartas; emigração/imigração portuguesa; mulheres.

**Abstract:** By incorporating theoretical-methodological perspectives from Cultural History and from Social History of Written Culture, this investigation aims to interpret and discuss nineteen personal mails with signatures from female names, written in portuguese language by emigrants/immigrants, between 1896 to 1929, cataloged and classified by the Immigration Museum of São Paulo State (Brazil) as «call letters». For this, it was sought to understand what documents are these, who wrote them and why such missives were written, considering the historical context in which they were produced and their sociocultural functionality.

**Keywords:** History and from social history of written culture; letters; portuguese emigration/immigration; women.

Toda história de e/imigração começa muito antes de uma partida e se estende por desdobramentos diversos, deveras fragmentados, que desafiam pesquisadores das ciências humanas<sup>1</sup>. Nos últimos anos, as comunidades científicas portuguesa e brasileira buscam explorar objetos simbólicos das correntes migratórias para o Brasil, tais como livros de registros de passaportes<sup>2</sup>, listas de bordo dos vapores<sup>3</sup> e correspondências<sup>4</sup>, fontes quantitativas e/ou qualitativas das quais se ocupam, sobretudo, historiadores e antropólogos. Entre as fontes mais peculiares aos movimentos de grande separação, tais como mobilidades e guerras, as cartas pessoais são as mais evocativas, pois constituem escritas ordinárias

---

\* Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestranda em História Social da Cultura Escrita pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC/UFBA), orientada pela Profª Drª Tânia Lobo, que coordena o grupo de pesquisa em História Social da Cultura Escrita (HISCULTE), que integra o Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR). Contactos: +55 71 988594888/ carol.silveira.leite@gmail.com. Faz-se imprescindível, antes de tudo, demonstrar sincera gratidão a quem avaliou/revisou cientificamente este texto pelas notas e indicações bibliográficas sugeridas, que muito enriqueceram as referências, sobretudo no que tange ao contexto histórico da e/imigração.

<sup>1</sup> Frederico Croci (2008:15) defende o contrário ao afirmar que «toda história de emigração começa com uma partida, com uma separação (...)». Essa colocação do autor parece desconsiderar o quanto, majoritariamente, a e/imigração era idealizada como forma de promoção (PEREIRA, 2002), o que fazia com que, desde cedo, jovens fossem incentivados e educados a quererem partir de suas terras. Um processo migratório tende a ter início muito antes de uma partida, considerando os contextos familiares, políticos, sociais e econômicos envolvidos. Era, portanto, comum que muitos portugueses alimentassem, muito antes da viagem, o desejo da mobilidade por motivos diversos, havendo, inclusive, redes de propagandas, divulgação de informações com panfletos, agenciamento e transporte por parte de companhias e empregadores a incentivá-los (MATOS, 2015).

<sup>2</sup> RODRIGUES, 1995.

<sup>3</sup> ROCHA, 2007.

<sup>4</sup> MATOS, 2013b.

de foro privado que revelam aspectos íntimos, cotidianos e, ao mesmo tempo, excepcionais de pessoas comuns e, inclusive, de grupos que costumavam ser generalizados e silenciados nas grandes narrativas, tais como e/imigrantes desafortunados e mulheres.

A recente abertura dos estudos historiográficos, que se deu no século XX através da Nova História Cultural<sup>5</sup>, permitiu a revisão da ideia de que existem sociedades com ou sem cultura, já que o próprio conceito de cultura, antes restrito às produções das elites, passou também a abranger as práticas e representações culturais de quaisquer pessoas, inclusive as práticas de escrita e leitura de analfabetos. É por isso que a História Social da Cultura Escrita, enquanto projeto de investigação interdisciplinar, emerge como uma forma específica de História Cultural, cujo objetivo está na interpretação das práticas do ler e do escrever que envolvem indivíduos em momentos históricos específicos, reconhecendo os lugares sociais que os escritos ocupam em cada contexto de produção, considerando que esses lugares não são os mesmos para todos.

Ainda são poucos os profissionais da área de Letras e Linguística que se dedicam aos estudos em epistolografia como uma das vias de entrada à História Social da Cultura Escrita<sup>6</sup>. Nesse sentido, o que se propõe enquanto metodologia a esta investigação é o diálogo entre áreas distintas e complementares das ciências humanas por meio do cruzamento de perspectivas: a mobilização de micro histórias, a Linguística, a História Cultural, sobretudo, enfatizando a História Social da Cultura Escrita. Além disso, busca-se evidenciar também a relevância das cartas enquanto fontes primárias em perspectiva histórica para então se adentrar a escrita de e/imigrantes portuguesas instaladas no Brasil entre os séculos XIX e XX.

## HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA: ASPECTO SOCIAL, SEUS MÉTODOS E FONTES

Embora a expressão História da Cultura Escrita (HCE) seja relativamente recente, datada da segunda metade da década de 1990, denomina um campo de investigação cujos antecedentes podem ser situados entre paleógrafos, historiadores, antropólogos e linguistas das décadas de 1950 e 1960, que passaram a conceber a escrita sempre em relação com a sociedade que a produz, rompendo, assim, com uma tradição que marcou toda a primeira metade do século XX e que a tratava como signo descontextualizado. Os estudos em HCE surgem da confluência de dois campos que seguiam trajetórias separadas: a história da difusão social da escrita e a história do livro e da leitura<sup>7</sup>.

Mais precisamente a partir da década de 1970, a ideia do que seria uma 'alta cultura' é relativizada, já que o olhar social, que aproxima a História Cultural à Antropologia Moderna, permite então considerar que todo e qualquer indivíduo ou grupo é produtor

---

<sup>5</sup> BURKE, 1992.

<sup>6</sup> Cabe ressaltar o importantíssimo trabalho de Rita Marquilhas da Universidade de Lisboa, linguista e especialista em História da Cultura Escrita, que, entre tantas publicações e investigações desenvolvidas na área, é responsável pelos projetos CARD (Cartas de Desconhecidos) e FLY (Cartas Esquecidas), envolvendo cartas pessoais de Portugal e Espanha.

<sup>7</sup> CASTILLO GÓMEZ, 2003.

e difusor de cultura através de seus discursos, práticas e representações. Desse modo, são práticas culturais

*não apenas a feitura de um livro, uma técnica artística ou uma modalidade de ensino, mas também os modos como, em uma dada sociedade, os homens falam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se, morrem ou adoecem, tratam seus loucos ou recebem os estrangeiros*<sup>8</sup>.

A história vista «de cima», que priorizava registros e documentações oficiais, grandes narrativas e personalidades, passou a ser questionada e complementada por histórias que podem ser vistas em diferentes perspectivas: histórias-problema, micro narrativas que, se conjugadas em uma história de longa duração, possibilitam mapeamentos demográficos, econômicos, políticos, linguísticos e sociais muito mais abrangentes.

A HCE, embora dialogue com a Codicologia e com a Paleografia tradicional, vai além da descrição de documentos e da identificação de tipologias gráficas, pois busca interpretar a cotidianidade das práticas sociais do ler e do escrever, sem exclusão dos indivíduos de grupos sociais subalternos ou subalternizados, «algo que normalmente havia passado despercebido, porque os estudos anteriores haviam se centrado preferentemente nos testemunhos escritos vinculados ao poder»<sup>9</sup>.

Ainda no século XX ocorreu uma considerável revolução na Paleografia, antes limitada basicamente a responder «o que», «como», «quando» e «onde» se escreveu algo. Além dessas questões metodológicas, que definem a Paleografia de Leitura e a Paleografia de Análise, a escrita passou a ser considerada a partir de duas novas questões: «quem» e «por que», evidenciando os sujeitos e as motivações das diferentes culturas do escrito<sup>10</sup>. A nova Paleografia, esta Paleografia alargada, que é a própria História Social da Cultura Escrita, amplia, então, seus estudos, ocupando-se das

*relações que se estabelecem, em diversas situações históricas, entre os sistemas de escrita, as formas gráficas e os processos de produção dos testemunhos escritos, por um lado, e as estruturas socioeconômicas das sociedades que elaboram, utilizam e manipulam esses produtos culturais, por outro*<sup>11</sup>.

Dentro desse novo campo de investigação (História da Cultura Escrita ou História Social da Cultura Escrita, como aqui se defende), toda produção escrita de uma sociedade é concebida como fonte, inclusive cartas pessoais de indivíduos, até então anônimos, em contexto de e/imigração. Sendo assim, a análise de dezenove correspondências que aqui se desenvolve busca entender por que razão um diminuto grupo de mulheres fez uso da escrita de cartas em língua portuguesa entre Brasil e Portugal de 1896 a 1929. Tais missivas estão preservadas pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) no

<sup>8</sup> BARROS, 2005: 131.

<sup>9</sup> CASTILLO GÓMEZ, 2003: 100.

<sup>10</sup> CASTILLO GÓMEZ & SÁEZ, 1994.

<sup>11</sup> CASTILLO GÓMEZ, 2003: 100.

Brasil, como também disponíveis através do acervo digital do *site* do Museu da Imigração (MI) do Estado de São Paulo.

A História Social da Cultura Escrita (HSCE), com suas novas fontes e métodos, permite, então, retirar sujeitos históricos do esquecimento e dar voz a seus escritos, e assim abrir caminhos a outros modos de se conceber a história da *e/imigração* portuguesa entre os séculos XIX e XX.

## E/IMIGRAÇÃO PORTUGUESA E FEMININA: FACES HISTÓRICAS

Apesar de ser um fenômeno de origem antiga, a mobilidade transatlântica com destino às terras brasileiras adquiriu, a partir do século XIX, características novas, passando a ser, então, um constituinte da expansão industrial, dos desenvolvimentos capitalistas e das mudanças no paradigma do trabalho. Nesse sentido, a escolha do Brasil como destino de mobilidade, especificamente, pode ser caracterizada como um «resultado histórico de um encontro entre o sonho individual e uma atitude coletiva»<sup>12</sup>, constituindo, assim, um processo complexo que vai além das questões estritamente econômicas, políticas, étnico-raciais, culturais, religiosas, geográficas, geracionais e de gênero<sup>13</sup>. Fatores como o domínio da língua do país, promessas de fortunas, vínculos familiares e/ou locais foram ponderados por quem decidiu partir.

Quanto às motivações consolidadas, destacam-se a extinção oficial do tráfico de africanos escravizados, em 1850, e a abolição da escravatura, em 1888, o que provocou déficit de mão de obra que precisava ser substituída, sobretudo nas grandes plantações cafeeiras que se expandiram pelo Sudeste e pelo Sul do país. Na passagem para o século XX, a coexistência do trabalho escravo (já ilegal) e do trabalho livre gerou uma progressiva deterioração das relações do trabalho assalariado, fazendo com que muitos contratos fossem análogos a situações servis. Nesse contexto, a política de branqueamento tentou, então, reverter o aspecto mais característico da demografia histórica brasileira: o fato de ser a sua população predominantemente afrodescendente.

Especificamente quanto a Portugal, é preciso lembrar que sua situação sócio-econômico-política não era das mais favoráveis no período, já que se vivia o apogeu da Revolução Industrial nos países europeus e isso levou à mecanização de algumas atividades agrícolas portuguesas, provocando um excedente de trabalhadores no campo e o empobrecimento dos pequenos proprietários rurais. Embora a *e/imigração* portuguesa tenha sido majoritariamente masculina, jovem e individual, o deslocamento familiar e feminino cresceu cerca de 41% entre 1891 e 1919, e 36% de 1910 a 1919<sup>14</sup>, justamente o período que engloba quase todas as cartas que são analisadas nesta investigação. As autoridades portuguesas, que ora reprimiam e ora flexibilizavam as mobilidades<sup>15</sup>, tinham a

---

<sup>12</sup> PEREIRA, 2002: 9.

<sup>13</sup> CORTI: 2007.

<sup>14</sup> PASCAL, 2005: 155.

<sup>15</sup> Para a economia de Portugal, manter esposa e filhos em suas terras correspondia a maiores possibilidades de retorno do

família (unidade fundamental da organização do trabalho) como centro das preocupações, pois as partidas, além de provocarem o decréscimo demográfico, o envelhecimento da população e a falta de perspectivas matrimoniais, afetavam as remessas de recursos destinados a Portugal<sup>16</sup>.

As portuguesas que partiam ao Brasil nesse período eram, em sua maioria, casadas e estavam aptas ao trabalho. Elas constituíam mão de obra de predileção para cargos de empregadas domésticas por serem consideradas íntegras e honestas, já que sobre as negras e mulatas recaía a discriminação e a desconfiança. As mãos femininas portuguesas no Brasil lutavam por sobrevivência/ascensão e costumavam trabalhar como catadoras nas lavouras de café, como costureiras e bordadeiras, doceiras, lavadeiras e auxiliares de seus esposos nas funções que desempenhassem.

As mulheres casadas que permaneciam em Portugal, enquanto seus esposos estavam no Brasil, contavam com a ajuda de custo enviada pelos homens e/ou esperavam convites e permissões de viagem. Houve diversos casos de abandono – financeiro e/ou afetivo por parte dos que constituíam novas famílias em terras brasileiras e não pretendiam voltar ou sequer chamar suas esposas para perto. Nesse contexto, muitas passaram a viver jornadas duplas e múltiplas, cuidando da casa, dos filhos, quando existiam, da terra e do trabalho. Estes fatos transformaram a região Noroeste de Portugal, por exemplo, no final do século XIX e início do século XX, num território marcadamente feminino, com mulheres consideradas «viúvas de vivos» – deixadas pelos maridos que migraram – e as propriamente solteiras – que tiveram noivados desfeitos pela e/imigração masculina ou que não encontraram parceiros por este mesmo motivo:

*Apesar do sistema de matriarcado existir no Minho como escora fundamental do quotidiano da sociedade minhota devido às deslocações intemporais masculinas, o arquétipo decorrente das linhagens e da fidalguia pela via masculina continuava a impor-se ao nível mental das populações<sup>17</sup>.*

As mulheres que não haviam casado, sobretudo envolvidas em práticas de herança<sup>18</sup>, acompanhavam seus pais nas lavouras: solteiras e/ou celibatárias dificilmente saíam de Portugal, a menos que tivessem casamento acertado no Brasil, já que recaía sobre elas o preconceito e o estigma da prostituição. Algumas delas encaravam a ausência masculina como forma autonomia e de insubmissão reprodutiva ainda que passageira, enquanto outras, embora tivessem incertezas, desejavam e se preparavam para partir e, para que isso fosse concretizado, precisavam de autorização documental. Solteiras ou casadas,

---

patriarca. Além disso, ainda que o e/imigrante português não constituísse, majoritariamente, uma massa que integrasse a elite privilegiada brasileira, a e/imigração ainda era vista como um projeto idealizado de ascensão socioeconômica alimentada pelo 'mito da fortuna', que criava expectativas portuguesas através do 'mito do retorno'.

<sup>16</sup> LOPES, 2001/2002.

<sup>17</sup> REGO, 2011: 5.

<sup>18</sup> PINACABRAL, 1989: p.93. Muitos pais obrigavam as herdeiras a ficarem em sua companhia até que morressem: (até mesmo de maneira indireta, adiando o repasse dos bens a suas filhas): fato que as impediam, na maioria dos casos, de casar em idade mais conveniente.

dependiam de homens para viajar: pais, irmãos, maridos ou pretendentes que autorizassem e/ou financiassem os custos provenientes de sua mobilidade através de cartas. De acordo com a legislação portuguesa, sobretudo através da lei de 25 de abril de 1907<sup>19</sup>, toda mulher, solteira ou casada, que desejasse viajar deveria comprovar a licença através de cartas de chamada e assim requerer seu passaporte.

## CARTAS E CHAMADAS: DO ÍNTIMO AO BUROCRÁTICO

No contexto de e/imigração para o Brasil entre os séculos XIX e XX, apesar de toda sua ancestralidade, a escrita de cartas tornou-se um fenômeno de massa, pois era a única estratégia para se expressar o desejo de minimizar tudo o que a distância era capaz de romper. As correspondências trocadas entre os que partiam e os que ficavam revelavam diferentes cotidianos, projetos, ideias, julgamentos, interesses, sentimentos e sensibilidades, podendo ser mais precisamente definidas como

*fruto do distanciamento e da separação, produto da necessidade de comunicação à distância, resultado da tentativa de anular as distâncias e, ao mesmo tempo, testemunho e prova da laceração em curso, além de veículo das transformações futuras<sup>20</sup>.*

É possível classificar, de acordo com as investigações de Oswaldo Truzzi e Maria Izilda Matos<sup>21</sup>, diferentes tipos de epístolas trocadas por e/imigrantes (homens e mulheres) portugueses nesse período: cartas rituais (através das quais se comunicavam mortes, nascimentos, casamentos, batizados...); cartas informativas (em que se transmitiam notícias mais cotidianas que não fossem rituais); cartas sentimentais (de aspecto mais íntimo, de amor, de saudade...); cartas literárias (textos com interesse estético e para leitura pública); cartas de negócios (com informativos referentes a empregos e/ou dinheiro) e as cartas de chamada (que chamavam amigos, parentes e conhecidos para também e/ imigrarem).

As cartas de chamada surgiram através das exigências burocráticas estatais que visavam a transformar os fluxos migratórios para o Brasil num processo menos desorganizado e desenfreado<sup>22</sup>. Essas missivas, que eram endereçadas por amigos ou familiares com os quais se juntaria quem fosse e/imigrar, eram incluídas à documentação de pedido de passaporte/visto em Portugal e deveriam ser registradas em cartórios, reconhecendo assim sua legitimidade através de assinaturas e testemunhas. Por essas razões, as missivas consideradas de chamada mesclavam aspectos íntimos e, ao mesmo tempo, de interesse

---

<sup>19</sup> Esta lei valia também aos menores de idade. Quando o marido não enviava uma carta de chamada à esposa ou filho menor, por não saber escrever ou por outras razões, eram aceitas declarações de familiares ou de pessoas com prestígio religioso que autorizassem as viagens.

<sup>20</sup> CROCI, 2003: 308-309.

<sup>21</sup> TRUZZI & MATOS, 2015: 260.

<sup>22</sup> PEREIRA, 2002. Entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do XX, a imigração foi muito incentivada por parte do governo brasileiro, enquanto que, nos primeiros anos da Era Vargas, passou então a ser restrita e, por isso, as cartas constituíram importante estratégia para contornar a suspensão de emissão de vistos a portugueses.

do Estado.

Segundo pesquisas de Frederico Croci<sup>23</sup>, as cartas de chamada podem ser separadas em dois grandes grupos: i) cartas privadas, majoritariamente manuscritas, que serviam como prova de vínculo familiar e disposição da família em receber o parente e ii) cartas oficiais, geralmente impressas ou datiloscritas, que mais pareciam formulários que deviam ser preenchidos com as informações pessoais e profissionais do(a) e/imigrante. Até 1930, houve considerável fluxo de correspondências privadas para chamadas, embora, através do Decreto-lei nº 7427 (30 de Março de 1921), seu uso tenha sido substituído por formulário impresso, ou seja, documentação de cunho oficial redigida por interventores federais<sup>24</sup>.

As cartas de chamada de cunho oficial, ainda de acordo com o referido autor, podem ser divididas em três grandes grupos a) os formulários impressos que eram preenchidos nos consulados, de acordo com a nacionalidade do solicitante; b) os redigidos pelas inspetorias de e/imigração a pedido de quem chamava, os quais eram enviados ao país de origem do e/imigrante; e, por fim, c) os documentos redigidos pelas prefeituras dos países de origem do e/imigrante, visando a não objeção ao embarque e desembarque do indivíduo a viajar. Tais correspondências – tanto oficiais, quanto pessoais/privadas – deviam ser entregues, juntamente com outros documentos em vigência, aos funcionários da Inspeção de Imigração pelos e/imigrantes que desembarcavam nos portos e, em seguida, depositadas com outros documentos na hospedaria. A antiga Hospedaria dos Imigrantes<sup>25</sup> em São Paulo transformou-se no Museu da Imigração e é por isso que as cartas analisadas nesta investigação estiveram por lá até que, a partir de 2015, passaram a ser preservadas pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

O APESP abriga hoje um pouco mais de mil e quinhentas cartas de chamada de cunho oficial e pessoal, em diversas línguas, sendo a maior parte nas línguas italiana, portuguesa e espanhola<sup>26</sup>. Existem quinhentas e vinte duas missivas consideradas de chamada, em língua portuguesa, e, embora tal acervo pareça pequeno, tendo em vista o número de mais de 1,7 milhão de portugueses que entraram no Brasil entre 1851 e 1960<sup>27</sup>, é muito expressivo e revelador. Diante do exposto, se a escrita de cartas de chamada no contexto e/imigração foi historicamente protagonizada por homens que convidavam amigos, familiares e esposas/pretendentes a viajar, por que razão mulheres teriam escrito cartas de chamada? É preciso agora, então, conhecer e discutir esta documentação, que

<sup>23</sup> CROCI, 2008: 25-29.

<sup>24</sup> MENDES, 2011: 253.

<sup>25</sup> A Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo foi fundada entre 1887 com o objetivo de dar abrigo a quem chegava em São Paulo. Nela, os imigrantes poderiam permanecer por até oito dias: tempo para que entrassem em contato com possíveis (ou já acertados) empregadores, familiares e amigos, para então se instalarem de forma efetiva em terras brasileiras (SORAIA & PAIVA, 2008). Em razão de estar integrada a diferentes departamentos, inspetorias, secretarias e organizações, a Hospedaria abrigou e produziu muita documentação que hoje serve de fonte a pesquisadores de diversas áreas: listas de bordo dos vapores, jornais, iconografias, registros de matrícula e as correspondências que aqui são exploradas. Depois de servir de sede a diferentes setores ligados à política e à economia do país, em 1993 passou então a ser o Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

<sup>26</sup> De acordo com o Inventário do Memorial do Imigrante (2015), produzido pelo APESP, existem 1.512 cartas de chamada em seu acervo, separadas em trinta caixas, com código de referência 3S3.

<sup>27</sup> RIBEIRO, 1995: 241-242.

foi majoritariamente assinada por mãos masculinas, para então compreender as práticas e representações das cartas assinadas por mulheres.

## CARTAS QUE CHAMAVAM E MULHERES QUE ESCREVIAM

No acervo digital do Museu da Imigração (MI) do Estado de São Paulo, há um setor designado como ‘cartas de chamada’ e nele é possível encontrar quinhentos e vinte dois documentos em língua portuguesa, redigidos entre 1896 e 1929 e agrupados em diferentes tipos, conforme ilustrado pelo quadro a seguir.

**Quadro 1** – Distribuição tipológica de cartas de chamada em língua portuguesa a partir do acervo digital do MI<sup>28</sup>

TIPOLOGIAS	QUANTIDADE
Certificados	304
Correspondências	111
Declarações	53
Atestados	53
Autorizações	1

Como se pode ver, entre as ditas «cartas de chamada», incluíram-se não apenas cartas/correspondências, mas outros tipos de documentos. Nos parâmetros de classificação de cartas de chamadas oficiais, já apresentados anteriormente neste texto através das ideias de Frederico Croci, enquadram-se então os certificados, as declarações, os atestados e autorizações, que são documentos mais formais, na maioria, datiloscritos ou impressos, com trechos a serem preenchidos de forma manuscrita. As cento e onze correspondências, por sua vez, são cartas de chamada pessoais/privadas, majoritariamente manuscritas, dentre as quais dezenove possuem exclusivamente assinaturas de nomes de mulheres, o que faz supor que elas escreveram tais cartas ou que, pelo menos, pediram a alguém que as escrevesse.

É muito provável que as dezenove missivas pessoais com assinaturas de nomes de mulheres aqui retratadas, redigidas em língua portuguesa, tenham efetivamente funcionado como «cartas de chamada». Nem todas, contudo, fazem chamamentos diretos e/ou indiretos e, por isso, podem receber outras denominações, conforme ilustrado cronologicamente no quadro seguinte.

<sup>28</sup> Disponível em: <<http://www.museudaimigracao.org.br/>>.

**Quadro 2** – Inventariação ilustrativa das cartas de chamada em língua portuguesa assinadas por nomes femininos a partir do acervo digital do MI<sup>29</sup>

<b>Cód.</b>	<b>O quê?</b>	<b>Quem?</b>	<b>Quando?</b>	<b>Onde?</b>	<b>Para quem?</b>	<b>Por quê?</b>
019	Carta Informativa	Maria Emilia	4 de setembro de 1911	Chainça/Leiria/Portugal	Irmão	Mandar notícias a seu irmão Manuel e pedir que ele envie cartas com notícias.
611	Carta de Chamada	Luli	16 de janeiro de 1912	Campinas/São Paulo/Brasil	Mãe	Enviar uma quantia em dinheiro junto à carta, preparar a mãe para a tristeza que ela encontrará no Brasil quando vier devido ao estado de agressividade em que encontra seu esposo.
136	Carta Informativa	Maria Fernandes	7 de julho de 1912	Sandim/Vila Nova de Gaia/Portugal	Manoel	Informar que recebeu uma carta do Manoel e que pretende ir ao seu encontro no Brasil.
572	Carta de Chamada	Ernestina dos Anjos Pinta	29 de julho de 1912	São Paulo/Brasil	Mãe	Acalmar o receio da mãe em vir ao Brasil e pedir que viesse depressa, no Brasil não falta trabalho.
612	Carta de Chamada	Elvira Lopes	7 de setembro de 1912	São Paulo/Brasil	Irmão	Dar notícias e informar que até o final do mês mandaria as passagens para ele e para seu sogro.
575	Carta Ritual/Luto	M(aria) Domingas da Silva	14 de setembro de 1912	São Paulo/Brasil	Pai	Informar que tomou ciência da morte da mãe e que vai arcar com alguns gastos decorrentes desse evento.
243	Carta de Chamada	Clara Marques	1º de abril de 1913	Campinas/São Paulo/Brasil	Tio	Pedir ao tio que a informe acerca da sua chegada ao Brasil.
242	Carta de Chamada	Maria da Encarnação Baptista	8 de maio de 1913	Santos/São Paulo/Brasil	Esposo	Pedir ao marido que fosse buscá-la, pois a distância e a ausência dele já não são aceitáveis.
184	Carta de Chamada	Maria Augusta Pinto	20 de setembro de 1913	Tayaçu/Brasil	Mãe	Pedir que a mãe fosse visita-la, dando recomendações e tranquilizando-a em relação à viagem.
690	Carta de Chamada	Maria do Carmo	15 de janeiro de 1914	Piratininga/São Paulo/Brasil	Pai	Justificar não poder ir visitar o pai em Portugal por causa da farmácia, seu negócio e pedir que o pai venha ao seu encontro.
530	Carta Informativa	Clotilde Duarte Gomes	26 de julho de 1918	Rio Grande/Rio Grande do Sul/Brasil	Pai	Informar, com ânimo nas palavras, que se casou com Cândido Souza.
435	Carta Ritual	Maria Augusta	15 de abril de 1919	São Paulo/Brasil	Mãe	Pedir para a mãe enviar-lhe um chale e também pedir que celebre missas para alguns mortos.
438	Carta de Chamada	Dioguina	10 de maio de 1919	Santos/São Paulo/Brasil	Pai	Dar notícias aos parentes e animar o pai sobre sua vinda ao Brasil.

<sup>29</sup> Disponível em: <<http://www.museudaimigracao.org.br/>>.

Cód.	O quê?	Quem?	Quando?	Onde?	Para quem?	Por quê?
896	Carta de Chamada	Rosa	10 de agosto de 1921	Curytiba/ Paraná/ Brasil	Mãe	Mandar dinheiro, pedir que sua mãe tire o passaporte em Lisboa, alertar sobre roubos por parte dos corretores de passagens e informar que vai esperá-la em Santos.
1089	Carta de Chamada	Laudencia Marcelina	24 de julho de 1922	São Paulo/Brasil	Norverto	Comunicar sobre preços de passagens e o desemprego no Brasil, além de mandar notícias.
955	Carta Ritual	Irene Capucci	26 de outubro de 1922	DousCorregos/ São Paulo/Brasil	Avós	Dar notícias e informar sobre o batizado de seu filho, além de expressar saudades.
1154	Carta de Chamada	Arvina Valente	2 de abril de 1923	Vacaria/ Rio Grande do Sul/Brasil	Pai	Convidar seu pai para o Brasil, embora deixe evidente que o país não está bem por causa da guerra.
1272	Carta de Chamada	Rosa Rosatelli	8 de abril de 1924	Campinas/ São Paulo/Brasil	Esposo	Dar instruções da viagem de retorno do marido, informar que comprou uma casa e já se mudou, dar notícia e dizer que vai esperá-lo.
1367	Carta Informativa	Ismenia L de Brito	3 de agosto de 1925	Pelo(s)tas/ Rio Grande do Sul/Brasil	Esposo	Mandar notícias, sobretudo, dos imóveis que eles possuem, além de informar a morte de um amigo.

Antes de seguir a investigação dessas cartas de chamada, é preciso ressaltar dois aspectos. Primeiro, o fato de essas correspondências estarem em língua portuguesa leva, inicialmente, a deduzir que suas remetentes seriam portuguesas, já que, nos campos de pesquisa preenchidos pelo *site* do Museu da Imigração, não há definição quanto à nacionalidade de quem as enviava. São necessárias, contudo, ressalvas quanto às cartas de Irene Capucci (N.º 955) e Rosa Rosatelli (N.º 1272), que, embora redigidas em português, foram assinadas com sobrenomes italianos, devendo, portanto, ser consideradas de e/imigrantes da Itália (ou de descendentes de e/imigrantes de italianos já nascidas no Brasil) e não de Portugal. Além disso, Irene Capucci refere-se aos avós, carinhosamente, chamando-os de «nono» e «nona»<sup>30</sup>, que são formas de tratamento peculiares à língua italiana e, quanto a outros vestígios, junto com a carta de Rosa Rosatelli, há um envelope endereçado a Roma/Itália. Por essas razões, embora incluídas no quadro pela questão do idioma, é coerente passar a considerar então apenas dezessete cartas de portuguesas. Segundo, é preciso salientar que estas missivas foram escritas, majoritariamente, em São Paulo e, pelo fato de estarem em língua portuguesa, considerou-se que estavam destinadas a Portugal. As cartas de Maria Emília (N.º 019) e Maria Fernandes (N.º 136), no entanto,

<sup>30</sup> Cabe ressaltar que, segundo as normas vigentes, os termos «avó» e «avô», em italiano, são grafados como «nonna» e «nonno».

foram escritas em terras portuguesas – Chainça e Sandim, respectivamente – para Manuel, o irmão de Maria Emília, e para Manuel, cujo grau de parentesco com Maria Fernandes não foi possível identificar. Não se sabe, portanto, quais são suas histórias individuais: se essas duas missivas chegaram a terras brasileiras através de malas postais dos vapores<sup>31</sup>, ou se vieram nas mãos dessas mulheres que podem ter sido autorizadas a desembarcar no Brasil por meio da comprovação de vínculos através de tais cartas. Diferentemente das escritas por italianas, as duas cartas escritas em Portugal permanecem no *corpus* a ser analisado.

A partir das informações extraídas dessas correspondências, é preciso rever o que está sendo classificado como cartas de chamada. Segundo a classificação de cartas proposta pelos pesquisadores Oswaldo Truzzi e Maria Izilda Matos, antes referidos, estariam fora das cartas de chamada as cartas rituais, as cartas informativas, as cartas sentimentais, as cartas literárias e as cartas de negócios<sup>32</sup>. Aqui se propõe, então, uma nova compreensão e, conseqüentemente, uma nova classificação das cartas de chamada privadas em dois grupos: i) cartas de vínculos – correspondências rituais, informativas, de negócios, sentimentais ou literárias que serviram para comprovar laços familiares e/ou profissionais, podendo funcionar como cartas de chamada; ii) cartas de chamamentos – correspondências que, embora possam trazer outros aspectos em seus conteúdos, centram-se em convidar alguém, direta ou indiretamente, a e/imigrar. Considerou-se, portanto, como cartas de chamamento tanto as correspondências que fazem convites explícitos, como as que evidenciam instruções de viagem, expressões de expectativa pela chegada de alguém, envio de dinheiro para passagens e outras recomendações relacionadas à travessia.

As recomendações mais comuns nas onze cartas classificadas como sendo efetivamente de chamamento são as de cuidado, ora para prevenir roubos por parte de corretores que se aproveitavam de leigos em relação a documentos e bilhetes de acesso a vapores, como em «É nessesario ter muito cuidado com as compras das passages com os corrector costumam roubar de quem não conhesse...»<sup>33</sup>; ora para tentar desfazer o medo da travessia, conforme expresso em «Vessamecê não tenha medo do vapor (...) o navio é como uma casa com bons coartos e logar para sedestair... »<sup>34</sup>.

Nas outras seis correspondências que não fazem chamamentos, portanto cartas de vínculos, são comuns notícias, perguntas a respeito da saúde de amigos, parentes e conhecidos, e destaca-se, dentre estas, uma carta de luto (N.º 575) que, embora seja ritual, difere das demais por ser muito entristecida, pedindo a remetente que seu pai celebre missas pela alma de sua mãe, que aceite ajuda com os custos do funeral e que lhe conte, através de uma carta de resposta, tudo que houve com ela: «(...) eu pesulhe por alma de minha carinhoza Mãi que me dequclare tudo como foi a morte della...»<sup>35</sup>.

<sup>31</sup> CASTILLO GÓMEZ, 2012: 610. No caso da produção epistolar, é preciso considerar os avanços que aconteceram na Idade Moderna no que diz respeito à organização dos correios através dos vapores como fatores de difusão da escrita.

<sup>32</sup> MATOS, 2015: 60.

<sup>33</sup> Carta de 10 de agosto de 1921. N.º 896.

<sup>34</sup> Carta de 20 de setembro de 1913. N.º 184.

<sup>35</sup> Carta de 14 de setembro de 1912. N.º 575.

Para além da nova compreensão proposta, das cartas de chamada pessoais/privadas como sendo cartas de vínculos ou cartas de chamamentos, há conteúdos, expressões e aspectos recorrentes, na maioria das dezessete missivas, a serem evidenciados aqui. O aprofundamento a tais questões, assim como a inserção de outras que venham a surgir, integrará uma dissertação de mestrado em curso que, à luz da História Social da Cultura Escrita, analisará todas as cento e onze correspondências (de homens e mulheres) do acervo digital já exposto.

Primeiramente, é comum que tais missivas mencionem outras e façam exigências de retorno por escrito com brevidade. Por isso, não é raro encontrar queixas, retratações, expressões de ansiedade pela demora nas respostas das cartas, assim como palavras de conforto pelo recebimento das mesmas: «(...) que me escrevas quanto mais escreve melhor serve por que eu em me faltando uma carta parece até que me falta saúde»<sup>36</sup>. A metalinguagem, nessas situações, evidencia como as práticas de escrita de cartas geram representações<sup>37</sup> a respeito da própria escrita de cartas no contexto de e/imigração. Ler e escrever correspondências foram, portanto, atividades de aproximação, de alento e de sensibilidades, sobretudo ligadas a um termo muito particular da língua portuguesa, que é a «saudade», como se observa em «(...) a vossa ultima carta trouxe-me alento...»<sup>38</sup>, como também em «Recebi tua carta (...) por hoje não sou mais extensa (...) e com esta [frase] termino esta [carta] recebe um coração saudoso e um apertado abraço...»<sup>39</sup>.

Outro aspecto de importante relevância é a hipótese de delegação da escrita dessas correspondências. Devido à ampla margem de analfabetos e semianalfabetos<sup>40</sup>, sobretudo no que tange às mulheres, era comum que, pela necessidade de se comunicar por cartas, recorressem a intermediários para a escrita e leitura das mesmas. Trocar cartas tornou-se uma prática de difusão de novos indicadores de comunicação e expressão escrita, ainda que esta escrita fosse delegada, como fica explicitamente evidente em três das cartas analisadas: «Mandeï lançar de mão na caneta para saber...»<sup>41</sup>; «Com muito gosto mandei lançar a mão à pena sómentes para saber da sua saúde pois a nossa, fica sendo boa, graças a Deus para sempre»<sup>42</sup>; «Com muito gosto mandei lançar mão apenas somentes para saber...»<sup>43</sup>. Nas outras cartas, em que não foram encontradas expressões semelhantes a estas três citadas, a delegação da escrita não é uma possibilidade descartada e, por isso, observou-se a grafia das letras, como também possíveis divergências em seus traçados que pudessem indicar que quem escreveu o texto não foi quem o assinou. A menos que a mulher remetente da carta tenha pedido a alguém para escrever o texto e também tenha pedido que esse alguém assinasse em seu lugar por não saber fazer isto, provavelmente

<sup>36</sup> Carta de 04 de setembro de 1911. N.º 19.

<sup>37</sup> CHARTIER, 1990.

<sup>38</sup> Carta de 15 de janeiro de 1914. N.º 690.

<sup>39</sup> Carta de 3 de agosto de 1925. N.º 1367.

<sup>40</sup> KREUTZ, 2000. Os e/imigrantes portugueses que chegaram ao Brasil entre 1908 e 1932 tinham tradições escolares diversificadas, considerando as localidades de onde partiam, da faixa etária, entre outros fatores e, em média, seu percentual de alfabetizados era de 51,7%; dados concluídos a partir das entradas de passageiros pelo porto de Santos (São Paulo).

<sup>41</sup> Carta de 8 de maio de 1913. N.º 242.

<sup>42</sup> Carta de 29 de julho de 1912. N.º 572.

<sup>43</sup> Carta de 24 de julho de 1922. N.º 1089.

essas cartas foram mesmo escritas pelas próprias remetentes, já que não foram encontradas/observadas diferenças entre as letras dos textos e as letras das assinaturas.

No que tange aos aspectos linguísticos dessas cartas de chamada, destaca-se a frequência de traços da oralidade, como a repetição excessiva do vocativo. Além disso, algumas palavras parecem ter sido escritas o mais próximo possível do que se falava, como o verbo ‘dezijares’ (desejares) e o substantivo ‘passaiji’ (passagem)<sup>44</sup>. Entre as dezessete, cinco correspondências apresentam um português escrito que revela marcas fonéticas, como betacismo, característico das regiões do Norte de Portugal, conforme fica evidente através do quadro a seguir.

**Quadro 3** – Ocorrências de betacismo em cartas de chamada assinadas por nomes de mulheres entre (1896-1929)<sup>45</sup>

Código Carta	‘V’ em lugar de ‘B’	‘B’ em lugar de ‘V’
136	recevi por recebi savia por sabia saver por saber voua por boa receve por recebe vréve por breve	bapôr por vapor bai por vai bou por vou
575	reçevemós por recebemos resevemós por recebemos reseverpor receber saviamós por sabíamos saver por saber emvaração por embaraço	bamos por vamos estabá por estava biajem por viagem bestida por vestida bestiu por vestiu bendere por vender banha por venha boume por vou-me
242	-	benturapor ventura
184	-	abidopor havido
1089	saver por saber recevi por recebi	

Em *bendere*, por exemplo, há um apoio vocálico para a realização de um /r/ vibrante, tipicamente do português europeu e *banha*, com um abaixamento da vogal /e/ para /a/, também característico, o que faz supor que se trata de uma carta escrita por uma portuguesa de fato, ou então delegada a um português que a escrevesse. Diante da frequente ausência de informações sobre o destino dessas cartas e a respeito da origem geográfica de quem as escreveu, é preciso enfatizar a contribuição da Linguística para a confirmação da hipótese de que a maior parte dos e/imigrantes portugueses que vieram ao Brasil nesse período eram do Norte de Portugal.

<sup>44</sup> Carta de 8 de maio de 1913. N.º 242.

<sup>45</sup> Disponível em: <<http://www.museudaimigracao.org.br/>>.

O último aspecto a ser pontuado nesta breve investigação é também de grande relevância: quase todas as cartas se destinavam a parentes de primeiro grau – pai, mãe, esposo e irmãos –, sendo exceções duas cartas que se destinaram a nomes masculinos, sem especificar grau de parentesco, e outra que se destinou ao tio de quem escreveu. Os pais e as mães que eram chamados nas cartas não visavam à mobilidade internacional para fins profissionais e sim pessoais e afetivos. Maria Augusta Pinto (N.º184), em sua correspondência, precisou argumentar para tentar convencer sua mãe a ir ao seu encontro, alegando que no Brasil ela estaria livre de trabalho e poderia voltar a Portugal quando quisesse, como fica claro em «Vossamece não vem para trabalhar, é para estar em casa e se quiser voltar pode...»<sup>46</sup>.

Em nenhuma destas correspondências analisadas mencionou-se a viagem de algum(a) filho(a) dessas mulheres para o Brasil como objetivo de escrita. Isso faz supor que, se existiam, seu(s) filho(s) já estivessem no Brasil, visto que são mencionados vendas e aluguéis de imóveis, compras de casas, e mudanças de cidade: o que permite subtender que estas mulheres não eram recém chegadas ao país, pois já estavam minimamente instaladas/estabilizadas a ponto de chamarem seus entes queridos. Poucas cartas dão notícias de filhos que estavam na companhia das mulheres que escrevem e, quando isso ocorre, chamam a mãe e/ou o pai da remetente para o batizado ou aniversário de seu(s) neto(s).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação de cartas escritas por mulheres traz à tona o papel ativo por elas desempenhado no fluxo de entrada de pessoas adultas e idosas no Brasil: e/imigrantes portugueses que eram chamados não por terem propostas de emprego ou que sonhassem com a ascensão social através da agricultura e do comércio brasileiro, mas sim que estavam a viajar unicamente pela reunificação familiar. Essa conclusão, em particular, é a mais reveladora, já que se generaliza a e/imigração portuguesa ao Brasil, entre os séculos XIX e XX, como busca por promoção social e econômica.

É preciso dizer, então, que as ideias desenvolvidas, à proporção que tentam responder a questões sobre mobilidades femininas e suas motivações para escrever cartas, fazem com que tantos outros questionamentos linguísticos, históricos e, sobretudo, culturais fiquem a surgir. Isto evidencia o potencial que as correspondências de chamada possuem para além de seus aspectos materiais, e isso deve incentivar diversas pesquisas das ciências humanas que, de maneira interdisciplinar, como proposto pela História Social da Cultura Escrita, devem ser complementares umas das outras. Nesse sentido, o que aqui se propôs como nova classificação das cartas de chamadas privadas, como sendo cartas de vínculos ou cartas de chamamentos, busca auxiliar pesquisadores em suas investigações sobre epistolografia em contexto de e/imigração em perspectiva histórica, considerando, acima de tudo, a funcionalidade sociocultural desses gêneros textuais e de suas tipologias.

---

<sup>46</sup> Carta de 20 de setembro de 1913. N.º 184.

Por fim, mesmo com as dificuldades que recaem sobre os investigadores, relacionadas à fragmentação, irregularidade ou ausência documental, ainda que através de um diminuto conjunto de missivas de mulheres, foi possível aproximar-se de suas trajetórias individuais, que confirmam aspectos já defendidos pela historiografia coletiva luso-brasileira, assim como evidenciam motivações de escrita e razões de viagens bem particulares.

## FONTES

Cartas de chamada – *Acervo digital do Museu da Imigração (MI) do Estado de São Paulo*. Caixa s.n. Cód. S3S – *Arquivo Público do Estado de São Paulo*. Disponível em: <<http://www.inci.org.br/acervodigital/cartas.php>> [Consulta realizada em 22/05/2017].

## BIBLIOGRAFIA

- BAGANHA, Maria Ioannis (2009) – *Migração transatlântica: uma síntese histórica*. Desenvolvimento econômico e mudança social. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- BARROS, José D'Assunção (2005) – *A história cultural e a contribuição de Roger Chartier*. In: *Diálogos. DHI/PPH/UEM*, vol. 9, n. 1, p. 125-141.
- BASSANEZI, M. Silvia (2008) – *Repertório de legislação brasileira e paulista referente à imigração*. São Paulo: EDUNESP.
- BURKE, Peter, org. (1992) – *A escrita da história: novas perspectivas*. 2ª edição. São Paulo: Editora da UNESP.
- CASTILLO GÓMEZ, Antônio (2002) – *‘Como o polvo e o camaleão se transformam’: modelos e práticas epistolares na Espanha moderna*. In: BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio, coord. – *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio (2003) – *Historia de la cultura escrita: ideas para el debate*. Revista brasileira de história da educação, vol. 3, p. 96-124.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio; SÁEZ, Carlos (1994) – *Paleografía versus alfabetización. Reflexiones sobre historia social de la cultura escrita*. In: *Revista de Historia de la Cultura Escrita*. Universidad de Alcalá de Henares, vol. 1. p. 133-168.
- CHARTIER, Roger (1990) – *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL.
- CORTI, Paola (2007) – *Storia delle migrazioni internazionali*. Roma: Editori Laterza.
- CROCI, Frederico (2008) – *O chamado das cartas: migrações, cultura e identidade nas cartas de chamada dos italianos no Brasil*. Revista Locus, vol. 14. p. 13-39.
- GALVÃO, Ana Maria (2010) – *História da cultura escrita: tendências e possibilidades de pesquisa*. In: *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte, Minas Gerais: UFMG.
- GOMES, Angela de Castro (2004) – *Escrita de si escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV. p. 218-248.
- LOPES, Maria Antônia (2001/2002) – *Emigração e população em finais do século XIX. A miragem do Brasil no concelho da Meda (1889-1896)*. In: *Revista Portuguesa de História*. tomo XXXV. p. 389-419.
- MATOS, Maria Izilda Santos de (2002) – *Cotidiano e cultura*. Bauru: EDUSC.
- \_\_\_\_ (2013a) – *Escrita e Mobilidades: Possibilidades de Pesquisa e perspectivas didáticas (Portugal e Brasil)*. In: RODRIGUES, Henrique; PORTUGUÊS, Ernesto, coord. – *Escritas Privadas da Mobilidade e da Guerra*. Monção: Câmara Municipal de Monção, p. 39-58.
- \_\_\_\_ (2013b) – *Escritos e deslocamentos: cartas, correspondências e mensagens trocadas entre portugueses (São Paulo-Portugal, 1890-1950)*. In: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lucia Amaral; MATOS, Maria Izilda Santos de; SOUZA, Fernando, coord. – *De colonos a imigrantes: I(E)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo, Alameda. p. 49-65.

- MENDES, José Sacchetta Ramos (2010) – *Laços de sangue; privilégio e intolerância à imigração portuguesa no Brasil*. Porto: CEPESSE.
- MIRANDA, Sacuntala de (1993) – *A emigração portuguesa e o Atlântico 1870-1930*. In: *Emigração e Imigração nos séculos XIX-XX*, coord. Miriam Halpern Pereira, et al. Algés: Fragmentos.
- MOURA, Soraya; PAIVA, Odair da Cruz (2008) – *Hospedaria de Imigrantes de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra.
- PASCAL, Maria Aparecia Macedo (2005) – *Portugueses em São Paulo: A face feminina de Imigração*. São Paulo: Expressão&Arte Editora.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1983) – *Livre-câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Sá da Costa.
- \_\_\_\_ (2002) – *A Política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru: EDUSC; Portugal: Instituto Camões.
- PETRUCCI, Armando (1999) – *Historia de la escritura e historia de la sociedad (1989)*. Valencia, Universitat de València: Seminari Internacional d'Estudis sobre la cultura escrita.
- \_\_\_\_ (2003) – *La ciencia de la escritura: primera lección de paleografía*. Buenos Aires: FCE.
- PINACABRAL, João de (1989) – *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundo camponesa no Alto Minho*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- REGO, Aurora Botão (2011) – *A Família e o papel da Mulher na reprodução social. O caso de Gontinhães (1828/1919)*. In: *Família, Espaço e Património*. SANTOS, Carlota, coord. Porto: CITCEM. p. 75-93.
- RIBEIRO, Darcy (1995) – *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ROCHA, Andréa Crabée (1965) – *A epistolografia em Portugal*. Coimbra: Livraria Almedina.
- ROCHA, Ilana Peliciari (2007) – *Imigração Internacional em São Paulo: Retorno e Reemigração, 1890-1920*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Departamento de História. Tese de doutoramento.
- RODRIGUES, Henrique Fernandes (1995) – *Emigração e Alfabetização: O Alto-Minho e a Miragem do Brasil*. Governo Civil de Viana do Castelo.
- \_\_\_\_ (2003) – *Alto-Minho no século XIX, Contextos Migratórios Sócio-Culturais e Familiares*, tomo I. Porto: FLUP.
- ROWLAND, Robert (1997) – *Brasileiros do Minho: emigração, propriedade e família*. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti, coord. – *História da Expansão Portuguesa*. v. 4, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 324-347.
- SARMENTO, Carmem de Moraes (1999) – «Minha querida marida»: *subsídios para o estudo da família emigrante através das cartas de chamada 1890-1914*. In: *Actas do Congresso Maia, história regional e local*. p. 285-96.
- SERRÃO, Joel (1977) – *A emigração portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SIGNORINI, Inês, org. (2001) – *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas: Mercado de Letras.
- SILVA, Brasilina Pereira da (2014) – *Cartas de Chamada: A dimensão familiar da emigração Sernancelhe no início do século XX*. Porto: CEPESSE.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da – (1992) *Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil, 1850-1938*. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras.
- TRUZZI, Oswaldo; MATOS, Maria Izilda Santos de (2015) – *Saudades: sensibilidades no epistolário de e/ imigrantes portugueses (Portugal-Brasil 1890-1930)*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 35, n. 70. p. 257-277. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70011>> [Consulta realizada em 09/05/2017].